

A Brasília de todos os brasileiros

Aldo Paviani

A capital federal tem recebido denominações as mais diversas como Capital da Esperança, Capital do Terceiro Milênio, Patrimônio Cultural da Humanidade, Cidade Aérea, Ilha da Fantasia, Capital da Corrupção e que tais. O contexto em que tais epítetos foram e são utilizados liga-se à postura ufanista, de um lado, ou crítica-cínica dos detratores, de outro. Há também, sobretudo no meio acadêmico, os crítico-construtivos, como veremos abaixo. Para os ufanistas, Brasília se constitui um marco da epopéia da interiorização do desenvolvimento nacional. Por isso, a capital é da esperança e do terceiro milênio. Nessa visão, só interessa enaltecer os atos que a construíram, ao mesmo tempo em que se entronizam seus idealizadores, JK, Israel Pinheiro, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Bernardo Sayão e outros. Já para os crítico-cínicos, a cidade é emblemática pela corrupção e por se constituir ilha da fantasia. Em ambos os casos, essas idéias atravessaram as quatro décadas, desconhecendo que a cidade mudou e ampliou-se até mesmo o conceito do modelo urbano que a concebeu. Ambos desconhecem, sobretudo, que Brasília é o repositório da cultura brasileira, sendo uma cidade assemelhada a qualquer das metrópoles brasileiras com problemáticas similares.

Essas posturas são, evidentemente, ideológicas. Muitos dos críticos contumazes estão ligados a correntes antimudancistas que remontam aos anos 50, quando no Congresso Nacional (então sediado no Rio) se discursava ora a favor, ora contra a transferência da capital para o Planalto Central. Mais recentemente, referem na grande imprensa ser a ilha da fantasia, quando interessa denegrir os que estão no poder "distanciados da realidade" (dos grandes centros industriais do país).

Ora, passados 41 anos da inauguração do Plano Piloto de Brasília (ou 45 dos primeiros movimentos para erguer a capital), convém lembrar a essas correntes que a capital não apenas mudou do Rio para o atual Distrito Federal. Ela mudou dos anos 60, internamente, constituindo-se grande aglomerado, verdadeira metrópole, onde já não cabem os apelidos lembrados acima, pois se referem, invariavelmente, ao centro político-administrativo da capital, ou seja, o Plano Piloto de Brasília, o centro da cidade. Brasília, hoje, é mais do que o Plano Piloto: ela é formada pelo referido centro e por uma constelação de cidades (até há pouco tempo denominadas de cidades-satélites), num somatório de mais de dois milhões de habitantes, disseminados pelo território do DF.

Se, de um lado, o Plano Piloto é um núcleo elitizado, habitado por empresários enriquecidos, funcionários bem postos na hierarquia pública, entre os quais se destacam governantes, ministros, senadores, deputados, magistrados, procuradores etc., de outro, os demais núcleos periféricos (quase duas dezenas) foram construídos como locais de moradia do operariado, seguido de uma classe média-média, média-baixa e trabalhadores braçais, funcionários empobrecidos e desempregados. Portanto, estão redondamente equivocados os crítico-cínicos (e a imprensa que os apóia) quando fazem tabula rasa com a malfadada ilha da fantasia, pois os desempregados, os trabalhadores da construção civil e tantos outros não apenas construíram a cidade como não podem desfrutar dos equipamentos urbanos do centro. Deve-se lembrar que, como nas demais capitais, a classe trabalhadora também não se beneficia dos serviços e equipamentos urbanos que servem às respectivas elites. Assim, a manter-se o apelido para a capital, ele deve ser estendido ao Rio, a São Paulo, a Salvador e às demais cidades grandes, onde há ilhas de prosperidade, em meio a bairros pobres e favelas.

Quanto à desabonadora denominação capital da corrupção entenda-se como o desabafo de alguns até bem intencionados que desejam implantar a moralidade pública em um centro urbano constituído por políticos e empresários em evidência por atos merecedores de apuração criteriosa. Mas corruptores e corruptos migraram (e migram) sazonalmente de outros estados para se beneficiarem das facilidades proporcionadas em alguns (não todos) órgãos governamentais. Para se instalar a moralidade pública em Brasília, portanto, deve-se, em primeiro lugar, pensar em moralizar empresários e políticos que procedem de outros centros e que, aqui, extraem benefícios à sombra do poder federal.

Como geógrafo que acompanhou a evolução urbana de Brasília, desde o fim dos anos 60, penso na cidade como um todo, erguida pela sociedade brasileira para ser a sede dos poderes federais. Na evolução do processo, a cidade, que foi pensada para se circunscrever ao Plano Piloto, extrapolou para uma constelação de cidades, algumas com avantajada população como Ceilândia (mais de 330 mil habitantes) e Taguatinga (com cerca de 240 mil). Assim, dos 600 mil habitantes pensados nos anos 50 para o Plano Piloto de Brasília, no ano de 2000, chegou a apenas 240 mil. Contudo, a pressão populacional e um forte conteúdo preservacionista acabaram segregando aqueles sem poder aquisitivo para fixar residência ou estabelecer algum negócio no Plano Piloto. Para esses, restou a pressão dos governantes em erguer núcleos semi-urbanizados na periferia, por vezes distanciados em mais de 40 km, mas carentes de oportunidades de trabalho.

Assim, a cidade polinucleada de hoje, constituída por mais de dois milhões habitantes, pouco se beneficia das denominações ufanistas como Patrimônio Cultural da Humanidade, pois este não abarca os núcleos periféricos ao Plano Piloto; nem de Capital da Esperança, pois alguns núcleos semi-urbanizados têm infra-estrutura urbana precária, não se vislumbrando no horizonte qualquer possibilidade, por exemplo, de gerarem empregos para seus desvalidos moradores. Mas essa periferia do Plano Piloto não imagina sequer o significado de ilha da fantasia, que não lhes diz respeito, pois vivem todos o pesadelo da falta de segurança, do déficit de bancos escolares e de professores, com hospitais superlotados e destituídos de corpo médico compatível com as respectivas demandas. O que essa população deseja é que se criem novos postos de trabalho, pois o desemprego atinge a mais de 160 mil pessoas, algo ao redor de 18% da PEA, de quase 900 mil ativos. E desejam mais: que esses postos de trabalho não se abram apenas no Plano Piloto, hoje responsável por quase 70% dos empregos formais, mas nas respectivas cidades, na já referida constelação urbana que forma parte da grande Brasília. Para os que desejarem subsídios a propósito do quadro urbano polinucleado e das demandas de seus respectivos habitantes, inclusive em termos ambientais, recomenda-se a leitura das obras da Coleção Brasília, da Editora UnB. Nessas coletâneas abordam-se temáticas do Distrito Federal, desde 1987, contendo contribuições científicas de urbanistas, sociólogos, geógrafos, economistas, historiadores, arquitetos e antropólogos, num leque de abordagens que poucas cidades brasileiras conseguiram reunir. Eles formam o que se denominou de consciência crítica construtiva da cidade. Nelas, além das análises de campos profissionais, sempre há direcionamento para as soluções compatíveis com relação às demandas das populações envolvidas e com as possibilidades técnicas, científicas e políticas para serem postas em prática. Se levados em consideração, esses estudos sepultam os argumentos de ufanistas e crítico-detratores, pois a cidade é uma síntese do Brasil e foi erguida para representar a nação. Aqui, deveriam ser cimentados os pilares de um novo ethos urbano, que somente será viável se o país inteiro se reestruturar em termos sociais, éticos, econômicos e políticos. O futuro dirá se isso pode ser atingido.

ALDO PAVIANI, GEÓGRAFO E PROFESSOR, É PESQUISADOR ASSOCIADO DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E DO NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS DA UNB

AQUI, DEVERIAM SER CIMENTADOS OS PILARES DE UM NOVO ETHOS URBANO, QUE SOMENTE SERÁ VIÁVEL SE O PAÍS INTEIRO SE REESTRUTURAR EM TERMOS SOCIAIS, ÉTICOS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS